



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8992

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Emenda

Categoria: Emendas à Lei Orgânica do Município

Autoria: Eduardo Rodrigues Madureira

Data: 23/02/2016

Descrição Sumária: PROJETO DE EMENDA Nº 01/2016. (NÃO VOTADO). Acrescenta artigo 71-A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros. (Obriga o Prefeito Municipal a apresentar um Plano de Metas de sua gestão).

Controle Interno – Caixa: 04

Posição: 65

Número de folhas: 09

Espécie: PE.
Categoria: LOM
Ex: 04
Ordem: 65
Nº de fls: 07



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE EMENDA A LOM Nº 01/2016

AUTOR:

Ver. Eduardo Rodrigues Madureira e Outros.

ASSUNTO:

Acrescenta Artigo 71-A À Lei Orgânica do Município de Montes Claros .

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 23/02/2016
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça e Especial.
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

GABINETE VEREADOR PROFESSOR ANDRÉ RICARDO

PROJETO DE EMENDA Nº 01/2015 À LEI
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS –
MG.

ACRESCENTA ARTIGO 71-A À LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o seu Presidente, em seu nome e no uso de suas atribuições promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º - Acrescenta o art. 71-A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros com a seguinte redação:

Art. 71-A. O Prefeito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até 90 (noventa) dias após sua posse, que conterà as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas e qualitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, observando as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor Estratégico.

§ 1º – O Programa de Metas será divulgado por meio eletrônico publicado no Diário Oficial Eletrônico da cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

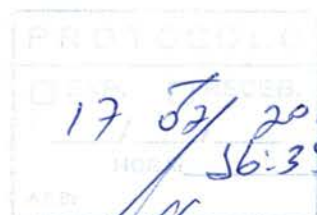
§ 2º – O Poder Executivo promoverá, dentro de 30 (trinta) dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais.

§ 3º – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º – O prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e divulgando-as pelo meio de comunicação previsto neste artigo.

§ 5º – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

[Handwritten signature]



- a) promoção de desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;
- b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
- c) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
- d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;
- e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
- f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
- g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos;

§ 6º – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelo meio de comunicação previsto neste artigo;

Art. 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala de reuniões da Câmara Municipal, _____ de janeiro de 2016

Andre Ricardo A. Martins

Waltermyla Silva

celso

Dezanulfo

João Gomes de Jesus, Geia de C. A. C.

Venilton Oliveira Lemos PM

[Assinatura]

Rodrigo Maia de Oliveira
(Rodrigo Cadeirante)
Vereador - Montes Claros - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E
EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016
P. Perotti

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO ESPECIAL
EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016
P. Perotti



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2016 QUE “Acrescenta artigo 71-A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros”, de autoria do Vereador Eduardo Madureira.

Proposta de Emenda à Lei Orgânica enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A proposta sob comento tem por fim acrescentar o Artigo 71-A à Lei Orgânica para determinar que o prefeito municipal apresenta o seu Plano de Metas para a sua gestão.

Há que se ressaltar que tal medida vem sendo implantada em vários municípios do Brasil, bem como, trata-se de um desdobramento do princípio constitucional da publicidade e ainda, do planejamento que se busca dos entes públicos.

Assim sendo, somos de parecer que a proposta em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de abril de 2016.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDA À LOM Nº 01/2016

AUTOR: Ver. André Ricardo Alves Martins e outros

MATÉRIA: "Acrescenta Artigo 71- A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros – MG".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/02/2016, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/04/2016.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo acrescentar o Artigo 71- A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros para tornar obrigatório que o Prefeito Municipal apresente o Plano de Metas de sua Gestão em até 90 (noventa) dias após sua posse.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, portanto não incide em vício e iniciativa e nem contraria normas legais e ou constitucionais.

Ademais, como bem afirma a Assessoria Legislativa da Casa, que tal medida vem sendo implantada em vários municípios do Brasil, bem como, trata-se de um desdobramento do princípio constitucional da publicidade e ainda do planejamento buscado pelos entes públicos.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2016.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva: _____

Vice- Presidente: Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira: _____

Relator: Ver. Antonio Silveira de Sá: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO ESPECIAL

PARECER SOBRE EMENDA Á LOM Nº 01/2016

AUTOR: Ver. André Ricardo Alves Martins, Eduardo Rodrigues Madureira e outros

MATÉRIA: “Acrescenta Artigo 71- A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros – MG”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/02/2016, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/04/2016, que após parecer foi encaminhada à Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 86/2016 para manifestar sobre a matéria.

A reunião foi instalada na presença de três vereadores Raimundo Pereira da Silva, Sebastião Ildeu Maia e Antônio Silveira de Sá. Registrando que o Vereador Sebastião Ildeu Maia se posicionou contrário à matéria. Não compareceram à reunião os vereadores Fernando Antônio Dias Andrade e Adilson Rodrigues Andrade.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo acrescentar o Artigo 71- A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros para tornar obrigatório que o Prefeito apresente o Programa de Metas de sua Gestão em até 90 (noventa) dias após sua posse.

O Programa de Metas observará as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas e qualitativas para cada um dos setores da Administração Pública.

Deverá ainda publicar o Programa de Metas no Diário Oficial Eletrônico, promover o debate público através de audiências públicas gerais, temáticas e regionais e divulgar semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do referido programa.

No mérito, esta Comissão verifica que a matéria atende os princípios de publicidade e transparência dos atos da Administração Pública, permitindo à Câmara Municipal e a população acompanhar as ações propostas pelo gestor.

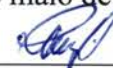

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2016.

Presidente “ad hoc”: Ver. Raimundo Pereira da Silva

Membro: Ver. Antônio Silveira de Sá :



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO ESPECIAL

VOTO EM SEPARADO À EMENDA Á LOM Nº 01/2016, que "Acrescenta Artigo 71-A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros - MG".

AUTOR: Vereador Sebastião Ildeu Maia

Como membro da Comissão especial para emitir parecer sobre a matéria em tela, venho apresentar, nos termos regimentais, o seguinte voto em separado:

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/02/2016, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/04/2016, que após parecer foi encaminhada à Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 86/2016 para manifestar sobre a matéria.

O objetivo do projeto é acrescentar o Artigo 71- A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros para tornar obrigatório que o Prefeito apresente o Programa de Metas de sua Gestão em até 90 (noventa) dias após sua posse.

O Programa de Metas observará as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas e qualitativas para cada um dos setores da Administração Pública.

Deverá ainda publicar o Programa de Metas no Diário Oficial Eletrônico, promover o debate público através de audiências públicas gerais, temáticas e regionais e divulgar semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do referido programa.

No mérito, entendo que, apesar da relevância da matéria, a operacionalização e aplicabilidade da Lei ficarão comprometidas diante de tantas exigências previstas em pouco tempo, após a posse do gestor.

Pelo exposto, não sou favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2016.

Membro: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

PORTARIA Nº 086 /2016

O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista o disposto no art. 48 § 5º da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão Especial para emitir parecer sobre Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2016.

Vereadores:

1. SEBASTIÃO ILDEU MAIA
2. FERNANDO ANTÔNIO DIAS DE ANDRADE
3. ADILSON RODRIGUES ANDRADE
4. RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA
5. ANTONIO SILVEIRA DE SÁ

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no lugar de costume.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de abril de 2016.

VEREADOR JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Certidão de Publicação

Certifico, nos termos do Art. 96, da L.O.M., que o(a)
Portaria nº 86/16

foi afixado(a) no Quadro de Avisos localizado no hall do 2º. piso do edifício sede da Câmara Municipal de Montes Claros, em 14/04/16, para se tornar público(a).

Por ser verdade, firmo a presente.

Montes Claros-MG, 14 de abril de 2016

Salvador P. Salazar P.
Secretaria de Administração